



# Sumário

*Nota do Autor*, 17

*Apresentação*, 19

## **Parte I – Introdução ao Direito Civil**, 25

- 1 CONCEITO DE DIREITO, 27
  - 1.1 Tipicidade, 30
- 2 FONTES DO DIREITO, 32
  - 2.1 Lei, 33
    - 2.1.1 Classificação das leis, 35
  - 2.2 Costume, 38
  - 2.3 Doutrina, 41
  - 2.4 Jurisprudência, 43
  - 2.5 Analogia, 44
  - 2.6 Princípios gerais de Direito, 45
  - 2.7 Equidade, 47
- 3 DIREITO ROMANO, 48
  - 3.1 Que se entende por Direito Romano – Sua importância, 48
  - 3.2 Fases do Direito Romano – Sua divisão, 50
    - 3.2.1 Período Régio, 51
    - 3.2.2 Período da República, 53
    - 3.2.3 Período do Principado, 62
    - 3.2.4 Período da Monarquia Absoluta, 64

- 3.3 Sistema do *Ius Civile*, 65
- 3.4 Sistema do *Ius Gentium*, 67
- 3.5 Codificação de Justiniano – Outras codificações, 69
  - 3.5.1 Código, 71
  - 3.5.2 Digesto, 72
  - 3.5.3 *Institutas*, 75
  - 3.5.4 *Novelas*, 75
  - 3.5.5 Características e importância geral da compilação de Justiniano, 76
  - 3.5.6 Destino da codificação de Justiniano, 77
- 3.6 Direito Romano e moderno Direito Civil brasileiro, 78
  
- 4 DIREITO CIVIL, 80
  - 4.1 Direito Privado em face do Direito Público, 81
  - 4.2 Direito Civil como um ramo do Direito Privado, 83
  - 4.3 Importância do Direito Civil, 85
  - 4.4 Objeto do Direito Civil, 87
  - 4.5 Fontes do Direito Civil, 88
  
- 5 SISTEMAS JURÍDICOS, 89
  - 5.1 Que se entende por sistema jurídico, 89
  - 5.2 Por que estudar os fundamentos dos vários sistemas jurídicos, 91
  - 5.3 Sistemas jurídicos no mundo contemporâneo, 92
    - 5.3.1 Introdução ao sistema romano-germânico, 93
    - 5.3.2 *Common Law*, 94
      - a) Inglaterra, 94
      - b) Estados Unidos da América, 96
    - 5.3.3 Relações entre os sistemas romano-germânico e o *Common Law*, 98
    - 5.3.4 Direitos socialistas, 99
    - 5.3.5 Sistemas filosóficos e religiosos – Direito chinês e Direito japonês, 101
  - 5.4 Sistema romano-germânico: características, 103
    - 5.4.1 Universidades, 104
    - 5.4.2 Dos costumes à codificação, 107
    - 5.4.3 Novas tendências, 108
  
- 6 CODIFICAÇÃO, 110
  - 6.1 Introdução, 110
    - 6.1.1 Efeitos positivos e negativos da codificação, 112
    - 6.1.2 Novos rumos da codificação, 113

- 6.2 Código de Napoleão, 114
  - 6.3 Código alemão (BGB), 116
  - 6.4 Outras codificações do Século XX, 118
  - 6.5 Técnicas da codificação, 119
- 7 DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 120
- 7.1 Direito Civil antes do Código, 120
  - 7.2 As várias tentativas de codificação, 121
  - 7.3 Código Civil brasileiro, 123
  - 7.4 Tentativas de reforma legislativa, 124

## **Parte II – Teoria Geral do Direito Civil, 127**

- 8 SUJEITOS DE DIREITO (I) – DIREITO ROMANO, 129
- 8.1 Pessoa natural, 129
  - 8.2 Homem sujeito de Direito – *Status libertatis*, 131
    - 8.2.1 Escravidão, 133
    - 8.2.2 Condição de liberto – Patronato, 134
  - 8.3 *Status civitatis*, 136
  - 8.4 *Status familiae*, 136
- 9 SUJEITOS DE DIREITO (II), 138
- 9.1 Pessoa natural, 138
    - 9.1.1 Direitos da personalidade, 140
  - 9.2 Começo da personalidade natural, 142
    - 9.2.1 Condição do nascituro, 143
  - 9.3 Incapacidade absoluta, 144
    - 9.3.1 Menores de 16 anos, 144
    - 9.3.2 Loucos de todo gênero, 146
    - 9.3.3 Surdos-mudos, 148
    - 9.3.4 Ausentes, 149
  - 9.4 Incapacidade relativa, 150
    - 9.4.1 Maiores de 16 e menores de 21 anos, 151
    - 9.4.2 Pródigos, 153
    - 9.4.3 Silvícolas, 155
  - 9.5 Proteção aos incapazes, 155
  - 9.6 Emancipação: Concessão do pai, mãe ou tutor, 156
    - 9.6.1 Outros casos de emancipação, 158
  - 9.7 Fim da personalidade natural, 160
    - 9.7.1 Comoriência, 161
    - 9.7.2 Momento da morte, 162

- 9.8 Estado das pessoas, 162
- 9.9 Atos do Registro Civil, 165
  - 9.9.1 Nascimentos, 168
  - 9.9.2 Óbitos, 169
  - 9.9.3 Emancipação, interdição e ausência, 169
  - 9.9.4 Considerações finais, 170
- 10 NOME CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, 172
  - 10.1 Origens históricas, 173
  - 10.2 Natureza jurídica, 175
  - 10.3 Elementos integrantes do nome, 175
  - 10.4 Nome e prenome. Possibilidade de alteração, 177
    - 10.4.1 Alteração do nome da mulher, 182
  - 10.5 Proteção do nome, 184
- 11 DOMICÍLIO, 185
  - 11.1 Domicílio no Direito Romano, 186
  - 11.2 Domicílio, residência e moradia, 187
  - 11.3 Unidade, pluralidade, falta e mudança de domicílio, 189
  - 11.4 Importância do domicílio, 191
  - 11.5 Espécies de domicílio, 192
    - 11.5.1 Domicílio de eleição (foro de eleição), 195
  - 11.6 Domicílio da pessoa jurídica, 197
- 12 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ROMANO, 200
  - 12.1 Pessoa jurídica – Introdução, 200
  - 12.2 Pessoa jurídica no Direito Romano, 201
  - 12.3 Principais pessoas jurídicas, 201
  - 12.4 Capacidade das pessoas jurídicas no Direito Romano, 203
- 13 PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO ATUAL, 205
  - 13.1 Introdução, 205
  - 13.2 Denominação, 207
  - 13.3 Requisitos para a constituição da pessoa jurídica, 208
  - 13.4 Natureza da pessoa jurídica, 209
    - 13.4.1 Doutrinas da ficção, 210
    - 13.4.2 Doutrinas da realidade, 212
    - 13.4.3 Doutrinas negativistas, 213
    - 13.4.4 Doutrina da instituição, 213
    - 13.4.5 Conclusão, 214
  - 13.5 Capacidade e representação da pessoa jurídica, 215

- 13.6 Classificação das pessoas jurídicas, 217
    - 13.6.1 Pessoas jurídicas de Direito Privado, 218
    - 13.6.2 Grupos com personificação anômala, 220
  - 13.7 Patrimônio como elemento não essencial da pessoa jurídica, 224
  - 13.8 Responsabilidade civil das pessoas jurídicas, 225
    - 13.8.1 Evolução doutrinária da responsabilidade civil da administração, 227
    - 13.8.2 Artigo 15 do Código Civil, 230
    - 13.8.3 Aplicação da teoria do risco administrativo, 231
    - 13.8.4 Responsabilidade por atos legislativos e judiciais, 231
    - 13.8.5 Reparação do dano: ação de indenização, 232
  - 13.9 Nacionalidade das pessoas jurídicas, 233
  - 13.10 Começo da existência legal da pessoa jurídica, 234
    - 13.10.1 Registro da pessoa jurídica, 236
  - 13.11 Sociedades e associações, 237
  - 13.12 Fundações, 238
  - 13.13 Transformações e extinção da pessoa jurídica, 242
  - 13.14 Desconsideração da pessoa jurídica, 246
- 14 BENS EM DIREITO ROMANO, 250
- 14.1 Introdução, 250
  - 14.2 As coisas *in patrimonio*, 251
    - 14.2.1 *Res Mancipi* e *res nec Mancipi*, 251
    - 14.2.2 Coisas corpóreas e coisas incorpóreas, 252
    - 14.2.3 Móveis e imóveis, 252
  - 14.3 Coisas *extra patrimonium*, 253
    - 14.3.1 *Res humani iuris*, 253
    - 14.3.2 *Res divini iuris*, 254
  - 14.4 Divisões modernas de bens, 254
  - 14.5 Patrimônio, 255
- 15 OS BENS E SUA CLASSIFICAÇÃO, 257
- 15.1 Bens e coisas: objeto do direito, 257
  - 15.2 Bens corpóreos e incorpóreos, 259
  - 15.3 Móveis e imóveis, 259
    - 15.3.1 Regime dos bens imóveis, 260
    - 15.3.2 Regime dos bens móveis, 266
  - 15.4 Bens fungíveis e infungíveis, 267
  - 15.5 Bens consumíveis e não consumíveis, 269
  - 15.6 Bens divisíveis e indivisíveis, 271
  - 15.7 Bens singulares e coletivos, 272

- 15.8 Bens reciprocamente considerados: principais e acessórios, 274
  - 15.8.1 Frutos, produtos e rendimentos, 275
  - 15.8.2 Benfeitorias, 276
- 15.9 Bens públicos e particulares, 278
- 15.10 Bens que estão fora do comércio, 280
  
- 16 BEM DE FAMÍLIA, 283
  - 16.1 Origem histórica, 283
  - 16.2 Legislação – conceituação – natureza jurídica, 284
  - 16.3 A Lei nº 8.009, de 29-3-1990, 285
  - 16.4 Objeto e valor do bem de família, 287
  - 16.5 Legitimação para a instituição e destinação do bem, 288
  - 16.6 Requisitos, 289
  - 16.7 Inalienabilidade e impenhorabilidade do bem de família. Aplicação na Lei nº 8.009, 290
  - 16.8 Duração, 292
  - 16.9 Processo de constituição, 293
  - 16.10 Conclusão, 295
  
- 17 FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, 296
  - 17.1 Introdução: Os fatos jurídicos, 296
  - 17.2 Negócio jurídico, 299
    - 17.2.1 Classificação dos negócios jurídicos, 299
  - 17.3 Atos jurídicos no Direito Romano, 301
  
- 18 AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO, DEFESA E EXTINÇÃO DOS DIREITOS, 303
  - 18.1 Aquisição dos direitos, 303
    - 18.1.1 Direitos atuais e direitos futuros, 305
    - 18.1.2 Direitos eventuais, 306
    - 18.1.3 Expectativas de direito, 306
    - 18.1.4 Direitos condicionais, 307
  - 18.2 Modificação dos direitos, 307
  - 18.3 Defesa dos direitos, 308
    - 18.3.1 Legítimo interesse: condições da ação, 312
  - 18.4 Extinção dos direitos, 314
  
- 19 FENÔMENO DA REPRESENTAÇÃO NO DIREITO: CONCEITO E ESPÉCIES, 317
  - 19.1 Conceito, 317
  - 19.2 Evolução histórica da representação, 318

- 19.3 Figura do nuncio, 319
- 19.4 Representação legal e voluntária, 320
- 19.5 Efeitos da representação, 322
  
- 20 ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO, 324
  - 20.1 Elementos, pressupostos e requisitos, 324
  - 20.2 Vontade e sua declaração, 326
    - 20.2.1 Elementos constitutivos da declaração de vontade, 328
    - 20.2.2 Silêncio como manifestação de vontade, 329
  - 20.3 Capacidade do agente, 331
    - 20.3.1 Legitimação, 332
  - 20.4 Forma, 333
  - 20.5 Objeto, 335
  - 20.6 Causa, 337
  
- 21 INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 341
  - 21.1 Sentido da interpretação dos negócios jurídicos, 341
  - 21.2 Interpretação no Código Civil, 343
  
- 22 DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS – O ERRO, 345
  - 22.1 Defeitos dos negócios jurídicos, 345
  - 22.2 Erro ou ignorância, 347
  - 22.3 Escusabilidade do erro, 348
  - 22.4 Erro substancial e erro acidental, 350
  - 22.5 Erro consistente numa falsa causa, 352
  - 22.6 Erro de fato e erro de direito, 353
  - 22.7 Art. 89 do Código Civil, 354
  - 22.8 Art. 91 do Código Civil, 355
  - 22.9 Erro de cálculo, 355
  - 22.10 Aceitação da manifestação de vontade errônea pelo declaratório, 356
  - 22.11 Erro e vícios redibitórios, 356
  - 22.12 Erro sobre o valor, 357
  - 22.13 Conseqüências da anulação do negócio por erro. Interesse negativo, 357
  
- 23 DOLO, 360
  - 23.1 Conceito, 360
  - 23.2 Erro e Dolo, 361
  - 23.3 Dolo e Fraude, 362
  - 23.4 Requisitos do dolo, 363

- 23.4.1 Dolo essencial e dolo acidental, 364
- 23.4.2 *Dolus bonus* e *dolus malus*, 365
- 23.5 Dolo positivo e dolo negativo, 365
- 23.6 Dolo de terceiro: diferença de tratamento da coação praticada por terceiro, 367
- 23.7 Dolo do representante, 369
- 23.8 Dolo de ambas as partes, 370
  
- 24 COAÇÃO, 371
  - 24.1 Conceito, 371
  - 24.2 Requisitos da coação, 373
    - 24.2.1 Essencialidade da coação, 373
    - 24.2.2 Intenção de coagir, 374
    - 24.2.3 Gravidade do mal cominado, 374
    - 24.2.4 Injustiça ou ilicitude da cominação, 375
    - 24.2.5 Dano atual ou iminente, 376
    - 24.2.6 Justo receio de um prejuízo igual, pelo menos, ao decorrente do dano extorquido, 376
    - 24.2.7 Ameaça de prejuízo à pessoa ou bens da vítima, ou pessoas de sua família, 377
  - 24.3 O temor reverencial, 378
  - 24.4 Coação por parte de terceiros, 379
  - 24.5 Estado de necessidade ou estado de perigo, 380
  
- 25 SIMULAÇÃO, 382
  - 25.1 Conceito, 382
  - 25.2 Requisitos, 384
  - 25.3 Espécies de simulação de acordo com o art. 102 do Código Civil, 385
  - 25.4 Simulação absoluta e simulação relativa, 387
  - 25.5 Simulação maliciosa e simulação inocente, 389
  - 25.6 Simulação e defeitos afins, 391
  - 25.7 Ação de simulação, 394
  - 25.8 Prova da simulação, 396
  - 25.9 Simulação no projeto do Código Civil, 398
  
- 26 FRAUDE CONTRA CREDORES, 399
  - 26.1 Introdução, 399
  - 26.2 Noção histórica, 400
  - 26.3 Fraude em geral, 401
  - 26.4 Fraude contra credores, 403



- 26.4.1 Requisitos, 404
- 26.4.2 Ação pauliana, 407
- 26.5 Casos particulares estatuídos na lei, 408
  - 26.5.1 Outros casos particulares de fraude contra credores, 411
- 26.6 Projeto do Código Civil, 412
- 26.7 Fraude de execução, 413
- 26.8 Ação revocatória falencial, 415
- 26.9 Conclusão, 415
- 27 LESÃO, 416
  - 27.1 Introdução, 416
  - 27.2 Noção histórica, 417
  - 27.3 Conceito e requisitos, 418
  - 27.4 Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor, 421
  - 27.5 Procedimento judicial, 423
  - 27.6 Renúncia antecipada à alegação de lesão, 423
  - 27.7 Prazo prescricional, 424
- 28 MODALIDADES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS (ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS), 425
  - 28.1 Introdução. Elementos acidentais do negócio jurídico, 425
  - 28.2 Condição, 426
    - 28.2.1 Condições lícitas e ilícitas, 427
    - 28.2.2 Condição potestativa, 428
    - 28.2.3 Condição impossível, 429
    - 28.2.4 Condição resolutiva e condição suspensiva, 430
    - 28.2.5 Implemento ou não-implemento das condições por malícia do interessado, 434
    - 28.2.6 Retroatividade da condição, 435
  - 28.3 Termo, 436
    - 28.3.1 O prazo, 438
  - 28.4 Encargo, 440
  - 28.5 Condição, termo e encargo no Projeto do Código Civil de 1975, 442
- 29 FORMA E PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 446
  - 29.1 Conceito, valor e função da forma, 446
    - 29.1.1 Escritura pública e instrumento particular, 449
  - 29.2 Prova dos negócios jurídicos, 450
    - 29.2.1 Meios de prova, 452
    - 29.2.2 Confissão, 453

- 29.2.3 Atos processados em juízo, 455
  - 29.2.4 Documentos públicos ou particulares, 456
  - 29.2.5 A prova testemunhal, 458
  - 29.2.6 Presunções e os indícios, 462
  - 29.2.7 Exames e vistorias – arbitramento e perícia, 464
- 30 INEFICÁCIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS, 466
- 30.1 Introdução ao estudo das nulidades do negócio jurídico, 466
  - 30.2 Nulidade, 467
  - 30.3 Anulabilidade, 472
    - 30.3.1 Ratificação dos negócios anuláveis, 475
  - 30.4 Distinção entre negócios nulos e negócios anuláveis, 476
  - 30.5 Problema da inexistência dos negócios jurídicos, 477
  - 30.6 Nulidades no Projeto de 1975, 479
- 31 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE OS ATOS ILÍCITOS – ABUSO DE DIREITO, 481
- 31.1 Responsabilidade civil, responsabilidade contratual e extracontratual, 481
  - 31.2 Elementos da responsabilidade extracontratual ou aquiliana, 484
  - 31.3 Exclusão ou diminuição da responsabilidade, 488
  - 31.4 Abuso de direito, 492
    - 31.4.1 Conceito de abuso de direito, 493
    - 31.4.2 Alguns exemplos significativos de abuso de direito, 494
    - 31.4.3 Aplicação da teoria do abuso em nosso direito, 497
    - 31.4.4 Abuso de direito no Projeto do Código Civil, 498
- 32 PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA, 500
- 32.1 Influência do tempo nas relações jurídicas, 500
  - 32.2 Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva, 501
  - 32.3 Síntese histórica da prescrição, 503
  - 32.4 Conceito e requisitos da prescrição, 504
    - 32.4.1 Ações imprescritíveis, 505
    - 32.4.2 Prescrição e decadência, 506
    - 32.4.3 Disposições legais sobre a prescrição, 510
    - 32.4.4 Impedimento, suspensão e interrupção da prescrição, 515
      - A) Causas impeditivas e suspensivas da prescrição, 517
      - B) Causas interruptivas da prescrição, 521
  - 32.5 Prazos de prescrição, 526
  - 32.6 Prescrição e decadência no Projeto do Código Civil, 528

*Bibliografia*, 531

*Índice Remissivo*, 537